



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 057/2011

Súmula: Institui o Selo Empresa Amiga da Terceira Idade no Estado.

Art. 1º - Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Terceira Idade, a ser concedido à pessoa jurídica que contribuir para a assistência, inserção social e melhoria da qualidade de vida dos paranaenses acima dos sessenta anos.

Parágrafo único – Constarão no Selo a identificação do agraciado e o número e a data desta lei, além dos dados característicos do Selo.

Art. 2º - A pessoa jurídica agraciada com o Selo poderá utilizá-lo na divulgação de seus produtos e serviços.

Parágrafo único – O prazo de validade do Selo será de um ano a partir da data de concessão

Art. 3º - O Selo será concedido nas seguintes graduações:

I – no Grau Prata, à pessoa jurídica que contribuir significativamente ou promover campanhas de mobilização em favor de qualquer benefício ao idoso;

II – no Grau Ouro, à pessoa jurídica que contribuir ou manter instituições sem fins lucrativos as quais atendam o idoso nas áreas de assistência social ou de saúde.

Art. 4º - O Poder Executivo terá o prazo de 90 dias (noventa dias) para regulamentar a presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de maio de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 061/2011

Ementa: Declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita Clélia Rocha, com sede e foro nesta capital.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Espírita Clélia Rocha, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



~~ANTE~~PROJETO DE LEI Nº 273/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a promover a extinção da empresa de economia mista Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, ou subsidiária desta, a promover a extinção da empresa constituída em sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, denominada Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 14.550 de 30 de novembro de 2004.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 01 de fevereiro de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 001/2011

Curitiba, 1.º de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a extinção da empresa Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.

JUSTIFICATIVA

Através da Lei Estadual nº 14.550 de 30 de novembro de 2004, a Companhia Paranaense de Energia - Copel foi autorizada a constituir, em sociedade com a Eletrosul – Centrais Elétricas S.A., a empresa Gralha Azul Transmissora de Energia S.A., que teve seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Essa sociedade foi constituída com objetivo específico, que era construir e explorar serviços de uma linha de transmissão que fora arrematada em processo licitatório. Posteriormente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANAEEEL cancelou a licitação e não concedeu a adjudicação do empreendimento à empresa, ou seja, a empresa criada não atingiu seu objetivo.

Consta no artigo 1º da Lei 14.550/2004 o propósito específico para o qual foi criada a empresa Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, ou subsidiária desta, sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – ELETROSUL.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



GABINETE DO GOVERNADOR

§ 1º A referida empresa é objeto do Consórcio Gralha Azul, formado entre as empresas definidas no caput, tendo vencido a licitação ANEEL n.º 001/2004.

§ 2º O objeto social da sociedade ficará restrito ao propósito específico de outorga da concessão para prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão Lote C – LT Cascavel Oeste – Foz do Iguaçu Norte 230 KV. (grifo nosso)

§ 3º (...)

Assim, consoante consta no § 2º da referida Lei, a empresa Gralha Azul Transmissora de Energia S.A. tinha objeto específico, qual seja: construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão LT Cascavel Oeste – Foz do Iguaçu. Para tanto, **deveria ter assinado o contrato de concessão**, o que, de fato, não ocorreu, haja vista que aquela empresa não teve o objeto da licitação adjudicado em seu favor.

Portanto, o objeto da sociedade não foi atingido, mesmo após a formalização da constituição da empresa.

Assim, em que pesem as formalidades administrativas terem sido concluídas com êxito e a empresa tenha obtido seu registro perante a Junta Comercial do Estado do Paraná, ela não atingiu seu objeto, motivo pelo qual se faz necessário solicitar a autorização legislativa para extinção da mesma.

Importante salientar que as empresas públicas e as sociedades de economia mista não são **criadas** por lei, mas sim por procedimentos próprios, previstos em lei que autoriza a criação das sociedades de economia mista.

A Constituição Federal estabelece que a criação de empresa pública e de sociedade de economia mista deve ser **autorizada** por lei, senão vejamos:

Art.37 (...)

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



GABINETE DO GOVERNADOR

No mesmo sentido é o caput da Lei n ° 6.404 de 15 de dezembro de 1976, ao tratar da constituição da sociedade de economia mista:

Art. 236. A constituição de companhia de economia mista depende de prévia autorização legislativa.

Insta destacar que a lei especifica autoriza o Poder Executivo a proceder à instituição da entidade, cabendo a este providenciar o registro dos estatutos da entidade no registro competente, uma vez que é esse registro que dará nascimento à pessoa jurídica e não à edição da lei autorizadora.

Isto posto, para o regular funcionamento da sociedade de economia mista não basta sua criação: exige-se a inscrição de seus atos constitutivos perante o Registro do Comércio, após deve ser promovida sua inscrição perante os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, necessários a seu funcionamento.

Logo, em respeito ao princípio da simetria jurídica, conclui-se que para a extinção de uma sociedade de economia mista faz-se necessário, também, a autorização específica através de lei. Sendo que a iniciativa desta lei é, igualmente, privativa do Chefe do Poder Executivo, dado que a extinção desfaz instrumento de ação do Poder Executivo.

Desta forma, a propositura do presente anteprojeto de lei, em respeito ao Estado Democrático de Direito, buscando resguardar os interesses do Estado do Paraná é o instituto destinado ao alcance dos objetivos almejados, no caso em tela, a extinção da empresa Gralha Azul Transmissora de Energia S.A..

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/2011

Projeto de Lei nº 273/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 001/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a promover a extinção da empresa de economia mista Gralha Azul Transmissora de Energia S/A.

EMENTA: EXTINGUE A EMPRESA DE ECONOMIA MISTA GRALHA AZUL TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. COMPETÊNCIA AFERIDA. ARTIGO 4º DECRETO FEDERAL Nº 200/67. ARTIGO 37 CF. ARTIGOS 27, 65 E 87 CE. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo extinguir a empresa de economia mista Gralha Azul Transmissora de Energia S/A, tendo em vista que esta não atingiu seu objeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Compreendem a Administração Indireta, conforme o Decreto Federal 200/67, as Autarquias, as Empresas Públicas, as fundações públicas e as sociedades de economia mista. Como está disposto em seu artigo 4º, inciso II:

Art. 4º A Administração Federal compreende:
II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
a) Autarquias;
b) Empresas Públicas;
c) Sociedades de Economia Mista;
d) fundações públicas.

Segundo José Eduardo de Alvarenga, "A Administração Indireta é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

que vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público.”¹

Isto posto, sendo a empresa Galha Azul Transmissora de Energia S.A sociedade de economia mista, sua criação deve estar de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a qual exige que a mesma deve ser realizada por meio de lei específica:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Grifos nossos)

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná por meio do artigo 27, inciso XVIII, observe-se:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,

¹ ALVARENGA, J. E. in "Consórcio: A nova pessoa jurídica da administração indireta". Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/6359494/Administracao-Indireta> > Acesso em: 30 de setembro de 2009.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Assim, em respeito ao princípio da simetria jurídica, conclui-se que para a extinção de uma sociedade de economia mista faz-se necessário, também, a autorização específica por meio de lei. Sendo a iniciativa dessa lei, igualmente, privativa do Chefe do Poder Executivo, afinal a extinção desfaz instrumento de ação do Poder Executivo.

Destarte, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (Grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR









Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/11

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 01/11, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a promover a extinção da empresa de economia mista Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.


Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

A Companhia Paranaense de Energia – COPEL, através da Lei Estadual nº 14550/2004, foi autorizada a constituir a empresa Gralha Azul Transmissora de Energia S.A. , que teve seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Paraná. Esta sociedade foi constituída com objetivo específico de explorar serviços de uma linha de transmissão que fora arrematada em processo licitatório. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANAEEEL cancelou a licitação e não concedeu a adjudicação do empreendimento à empresa criada. Portanto, não atingindo o objetivo de sua criação.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma grande letra inicial 'C' e o nome 'Khury' visível no final da assinatura.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos **não haver óbice** à normal tramitação do presente Projeto de Lei e assim somos por sua **APROVAÇÃO**.


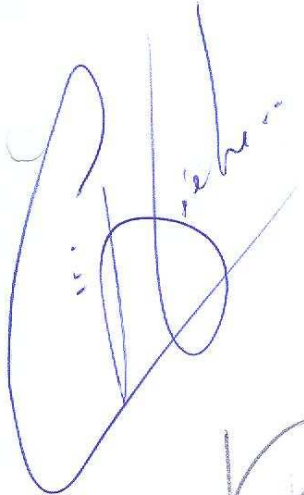
Sala das Comissões, 27 de abril de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



Handwritten signatures and initials, including the word 'aus' and a signature that appears to be 'Luis'.